

CONCESSIONÁRIA DO CENTRO ADMINISTRATIVO
DO DISTRITO FEDERAL S.A. - CENTRAD

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

Demonstrações Financeira da Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. -
CENTRAD

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanco patrimonial em 31 de dezembro	6
Demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro	7
Demonstração das mutações do passivo a descoberto	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
1. Informações gerais	10
2. Resumo das principais políticas contábeis	12
3. Estimativas e premissas contábeis críticas	16
4. Gestão de risco financeiro	16
5. Instrumentos financeiros por categoria	18
6. Caixa e equivalentes de caixa	18
7. Estoques	18
8. Ativo financeiro da concessão	18
9. Financiamentos	19
10. Debêntures	20
11. Tributos sobre contraprestação e IR e CS diferidos	21
12. Sociedade do grupo Novonor	22
13. Passivo a Descoberto	23
14. Despesas gerais e administrativas	23
15. Resultado financeiro	23
16. Prejuízo por ação	24
17. Contingências	24

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e Administradores da

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. – CENTRAD

Brasília - DF

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. – CENTRAD (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. – CENTRAD em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 2.946.746 mil (R\$ 2.445.400 mil em 2024), apurou prejuízo líquido do exercício no montante de R\$ 445.548 mil (R\$ 415.519 mil em 2024) e apresentou passivo a descoberto no montante de R\$ 3.094.572 mil (R\$ 2.649.024 mil em 2024) em razão do desequilíbrio contratual gerado por modificações unilaterais de escopo do Contrato de Concessão impostas pelo Poder Concedente, bem como pela contínua manutenção da situação de inadimplência nas diversas frentes em que se encontra o Poder Concedente em relação a este contrato,. Ainda de acordo com a Nota Explicativa nº 1, em 04 de maio de 2022, a Companhia tomou conhecimento da anulação do Contrato de Concessão e a partir da referida data a posse do CADF foi revertida à Administração do Distrito Federal, além disso, atualmente existem negociações e processos judiciais e administrativos envolvendo a Companhia, Governo do Distrito Federal e Financiadores do contrato que discutem a melhor forma de equacionar os direitos e deveres de parte a parte. Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Ênfases

Realização do ativo financeiro da concessão

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1(b) e 8, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrado, de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 1.141.763 mil. Contudo, em função dos aspectos já mencionados no Parágrafo “Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional”, a realização do ativo financeiro da concessão registrado nas demonstrações financeiras da CENTRAD, depende dos desdobramentos e da conclusão dos referidos processos e negociações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Contrato de concessão com o poder concedente

Conforme Nota Explicativa nº 1, em 04 de maio de 2022, a Companhia tomou conhecimento, por meio da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, Termo de Anulação da Concorrência nº 01/2008-Codeplan e do Contrato de PPP dela decorrente. A partir da referida data, a posse do CADF foi revertida à Administração do Distrito Federal, passando a ser de sua exclusiva responsabilidade a guarda, manutenção e operação do Empreendimento. A transferência da posse, bem como da responsabilidade pela guarda, manutenção e operação do CADF à Administração do Distrito Federal não implica em aceite ou concordância, por parte da Companhia, acerca da qualificação jurídica empregada pelo Poder Concedente para extinção do Contrato de PPP, tendo a Companhia reservado o seu direito de buscar a revisão, anulação ou alteração do referido ato administrativo pelos meios que entender cabíveis, bem como quaisquer outros direitos relacionados ao Contrato em questão. Chamamos a atenção a esta divulgação considerando que o resultado destes processos e negociações em curso podem causar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de junho de 2026.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e Passivo a descoberto	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	99	90	Financiamentos	9	2.373.699	1.940.717
Estoques	7	738	738	Debêntures	10	571.327	502.938
Impostos a recuperar		15	93	Fornecedores		1.444	1.461
Outros ativos		6	28	Impostos, taxas e contribuições		717	855
		858	949	Outras contas a pagar		417	378
						2.947.604	2.446.349
Não circulante				Não circulante			
Bloqueios judiciais		7	7	Financiamentos	9	719.342	781.855
Ativo financeiro da concessão	8	1.141.763	1.141.763	Tributos sobre contraprestação	11(a)	165.873	165.873
		1.141.770	1.141.770	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11(b)	381.053	381.053
				Sociedade do grupo Novonor	12	23.328	16.613
						1.289.596	1.345.394
				Passivo a descoberto	13		
				Capital social		209.698	209.698
				Prejuízos acumulados		(3.304.270)	(2.858.722)
						(3.094.572)	(2.649.024)
Total do ativo		1.142.628	1.142.719	Total do passivo e passivo a descoberto		1.142.628	1.142.719

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(97)	(3.895)
Outras receitas		54	
Prejuízo operacional		(43)	(3.895)
Receitas financeiras		11	8
Despesas financeiras		(445.516)	(411.974)
Outras Receitas			432
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	15	(445.505)	(411.534)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(445.548)	(415.429)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	11(c)		(90)
Prejuízo líquido do exercício		(445.548)	(415.519)
Prejuízo por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)	16	(2,12)	(1,98)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Demonstração das mutações do passivo a descoberto

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2024		207.246	(2.443.203)	(2.235.957)
Prejuízo do exercício			(415.519)	(415.519)
Aumento de capital	13 (a)	2.452		2.452
Em 31 de dezembro de 2024		<u>209.698</u>	<u>(2.858.722)</u>	<u>(2.649.024)</u>
Prejuízo do exercício			(445.548)	(445.548)
Em 31 de dezembro de 2025		<u>209.698</u>	<u>(3.304.270)</u>	<u>(3.094.572)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(445.548)	(415.429)
Ajustes:			
Juros sobre financiamento e amortização dos custos de transação	9 (c)	376.134	350.552
Juros sobre debêntures e amortização dos custos de transação	10 (b)	69.337	61.416
		(77)	(3.461)
Variação nos ativos e passivos:			
Estoques	7		3.559
Impostos a recuperar		78	(92)
Outros ativos		22	(13)
Fornecedores		(17)	(8)
Tributos sobre contraprestação	11 (a)		(129)
Impostos, taxas e contribuições		(138)	(132)
Outras contas a pagar		38	14
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(94)	(262)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Partes Relacionadas			
Recursos recebidos	12	103	242
Adiantamento para futuro aumento de capital	12		26
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		103	268
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		9	6
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		90	84
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		99	90

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. – CENTRAD (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Distrito Federal, constituída em 6 de fevereiro de 2009, tendo como objeto social a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal (“CADF”), na forma de Edital de Concorrência de Parceria Público-Privada (“PPP”) n. 01/2008 e do Contrato de Concessão Administrativa assinado com o Governo do Distrito Federal (“GDF”).

A Companhia é controlada diretamente pela CENTRAD Holding S.A. e controlada em conjunto indiretamente pela Via Engenharia S.A. (“VIA”) e NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial (“NP Centrad”), sendo a NP Centrad controlada indireta da Novonor S.A. – em Recuperação Judicial (“Novonor”).

Em 8 de abril de 2009, foi firmado contrato de concessão entre a então Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, hoje Secretaria do Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, e a CENTRAD, mediante licitação pública regida pelo Edital de concorrência nº 01/2008, cujo objeto era a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo a ser utilizado pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, integrantes da estrutura administrativa do GDF.

Em 31 de março de 2022, diante do profundo desequilíbrio da concessão ocasionado pela inadimplência do Poder Concedente, que resultou em impactos materiais na capacidade financeira da Companhia, as acionistas controladoras aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a tomada de todos os atos necessários à extinção do Contrato de Concessão, em especial o ajuizamento de eventuais ações visando o pagamento de possíveis indenizações e/ou ressarcimentos dos custos incorridos pela CENTRAD na realização do Projeto PPP/CADF – custos de obra e demais custos administrativos e de gerenciamento do empreendimento, bem como pagamentos decorrentes de eventuais obrigações que a Companhia entenda de responsabilidade do Poder Concedente, à luz do contrato firmado para a realização do empreendimento CADF (“Ação Judicial de Rescisão da PPP”).

Após o ajuizamento da Ação Judicial de Rescisão da PPP, a Companhia tomou conhecimento, por meio de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, datada de 13 de abril de 2022, do despacho de lavra do Governador do Distrito Federal determinando a anulação da Concorrência nº 01/2008-CODEPLAN e do Contrato de PPP decorrente do certame.

A CENTRAD discordou da qualificação jurídica empregada pelo Poder Concedente para extinção do Contrato de PPP, o que foi objeto dos devidos questionamentos por meio de aditamento à Ação Judicial de Rescisão.

Posteriormente, em 04 de maio de 2022, a CENTRAD tomou conhecimento, por meio da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, Termo de Anulação da concorrência n. 01/2008-Codeplan e do Contrato de PPP dela decorrente. A partir da referida data, a posse do CADF foi revertida à administração do Distrito Federal, passando a ser de sua exclusiva responsabilidade a guarda, manutenção e operação do Empreendimento.

As condições de entrega constaram de laudo elaborado por perito independente, devidamente entregue ao Distrito Federal por meio da Notificação, protocolizada perante a Secretaria da Casa Civil do ente distrital sob o nº SEI-GDF nº 00002-00002111/2022-18, em 22 de abril de 2022.

A transferência da posse, bem como da responsabilidade pela guarda, manutenção e operação do CADF à administração do Distrito Federal não implica em aceite ou concordância, por parte da CENTRAD, acerca da qualificação jurídica empregada pelo Poder Concedente para extinção do Contrato de PPP, tendo a Concessionária reservado o seu direito de buscar a revisão, anulação ou alteração do referido ato administrativo pelos meios que entender cabíveis, bem como quaisquer outros direitos relacionados ao Contrato em questão.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Perspectivas econômicas e financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 2.946.746 (2024 - R\$ 2.445.400), com passivo a descoberto no montante de R\$ 3.094.572 (2024 - R\$ 2.649.024) e prejuízo de R\$ 445.548 (2024 - R\$ 415.519), em função do cenário de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de PPP. A Administração, o Poder Concedente e os financiadores negociam a melhor forma de equacionar os direitos e deveres de parte a parte. A construção dessa solução se dará, obrigatoriamente, com a participação dos três entes envolvidos, considerando que a situação apresentada é devido à ausência de pagamentos pelo Poder Concedente.

b) Ativo financeiro da concessão

O contrato de PPP celebrado entre a Companhia e o GDF prevê receitas de contraprestação fixa, destinada à amortização dos investimentos realizados na implantação do CADF, razão pela qual ao longo do período de construção, a Companhia reconheceu ativo financeiro da concessão em contrapartida da receita de construção do projeto. O ativo financeiro é mensurado com base no custo amortizado, tendo sido atualizado mensalmente pela taxa de juros efetiva identificada nos fluxos de caixa previstos no contrato de concessão.

Diante do cenário descrito na Nota 1, e nada obstante a CENTRAD segue buscando a solução negociada das controvérsias que cercam o CADF, a Administração suspendeu o reconhecimento da receita de atualização do ativo financeiro, bem como reavaliou a expectativa de realização do saldo do ativo financeiro.

c) Acordo Global da Novonor com as autoridades

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo Global com o Ministério Público Federal (MPF), autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da controlada indireta Braskem.

Em 9 de julho de 2018, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, celebrou Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União ("AGU") e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, referendado, de forma unânime, pelo plenário do Tribunal de Contas da União ("TCU"), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro e pelo qual se comprometeu a pagar o valor total de R\$ 2.727 milhões, que deverá ser abatido dos R\$ 3.828 milhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF.

d) Recuperação judicial de determinadas empresas do Grupo Novonor

Em 17 de junho de 2019, a controladora em conjunto da Companhia, Novonor Properties Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial ("NP Investimentos") e Novonor, a Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial ("NP Parcerias"), NP Centrad, juntamente com outras empresas do Grupo Novonor, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Em 22 de abril de 2020, o Plano de Recuperação Judicial da Novonor e de outras 11 empresas controladas ou controladoras, incluindo a NP Investimentos, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores. Em 3 de agosto de 2020, o referido Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

e) Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 18 de junho de 2026.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido nos exercícios apresentados, razão pela qual não foi apresentada a demonstração do resultado abrangente.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Instrumentos financeiros

2.3.1. Ativos financeiros

(a) Reconhecimento inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) é inicialmente reconhecido ao seu valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição. O passivo financeiro é inicialmente reconhecido ao seu valor justo, porém reduzido dos custos de transação à sua emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

(b) Classificação

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor justo por meio do resultado (VJR):

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros a custo amortizado - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e, quando aplicável, reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a perda ao valor recuperável são reconhecidos no resultado, assim como, qualquer ganho ou perda no seu desreconhecimento.

Passivos financeiros a custo amortizado - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

São subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado financeiro, exceto quando o passivo financeiro for designado como instrumento de hedge. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

2.4. Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro da concessão é representado pelo direito a faturar do contrato de PPP com o GDF, por intermédio da Secretaria do Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos (Nota 1), reconhecido pelo fato da Companhia possuir um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente pelos serviços de construção, operação e manutenção do Centro Administrativo pelo período de 21 anos, contados a partir da entrega primeira fase da infraestrutura. O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

2.5. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo e o método de avaliação é o da média móvel ponderada. Os saldos contemplam os materiais destinados à construção e manutenção e inclui adiantamento a fornecedores.

2.6. Financiamentos e debêntures

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de financiamentos e debêntures, que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.7. Fornecedores e outras contas a pagar

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas nominais desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 11 (c)).

2.9. Tributos sobre contraprestação

Os tributos sobre a contraprestação contemplam o Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza ("ISS") às respectivas alíquotas 0,65%, 3% e 2%. Eram calculados com base na receita de construção e atualização do ativo financeiro.

2.10. Benefícios a empregados - obrigações de aposentadoria

a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão de um plano de contribuição definida junto à Vexty, entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

2.11. Reconhecimento da receita

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia apresenta receita de caráter financeiro referente, basicamente, a rendimentos de aplicações financeiras (Nota 15).

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12. Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (Nota 16).

2.13. Políticas contábeis

As políticas contábeis da Companhia estão consistentes com as adotadas e divulgadas em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e vem sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição ao contrário.

Para melhor compreensão de base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as políticas contábeis significativas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

Novas normas e interpretações adotadas no exercício corrente

As seguintes normas passaram a ser efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025:

- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (CPC 18 (R3))
- Ausência de permutabilidade de moedas (alterações ao CPC 02/ IAS21);
- Reforma tributária no Brasil: A Emenda Constitucional nº 132/2023 alterou a Constituição Federal com o objetivo de reformular o Sistema Tributário Nacional e simplificar a tributação. Em 23 de maio de 2023, o IASB emitiu a Reforma Tributária Internacional – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarece que a IAS 12 se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Em 30 de dezembro de 2024, a Lei nº 15.079/2024 introduziu no Brasil o processo de adaptação às regras GloBE (Global Anti Base Erosion Rules), parte do Pilar Dois da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), estabelecendo um adicional de CSLL aplicável a determinadas empresas. A Companhia avaliou os requisitos da nova legislação e informa que não estará sujeita ao recolhimento do adicional de CSLL no exercício de 2025, uma vez que se enquadra nos limites de isenção previstos na norma.

As alterações descritas acima não causaram efeitos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas já emitidas, mas não em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações ao CPC 48 e CPC 40 / IFRS7 e IFRS9);
- Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza (alterações ao CPC 48 e CPC 40 / IFRS7 e IFRS9);
- Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (Nova norma - IFRS18);
- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública (Nova norma – IFRS 19).

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) O imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece provisões para situações em que é possível que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa questão for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

(b) Perda Esperada de Crédito de Liquidação Duvidosa ("PECLD")

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. A provisão para perda de crédito esperadas sobre o ativo financeiro da concessão está divulgada na Nota 8.

(c) Passivo contingente

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e que são estimáveis com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro da concessão, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, debêntures e mútuos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Assim, as atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (taxa de juros), de liquidez e de crédito.

(a) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco com taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre do risco de realização do ativo financeiro da concessão e operações bancárias.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas, de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superiores ao já provisionados.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e debêntures subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	Nota	2025	2024
Total de financiamentos	9	3.093.041	2.722.572
Total de debêntures	10	571.327	502.938
Caixa e equivalente de caixa	6	(99)	(90)
Dívida líquida		3.664.269	3.225.420
Total do passivo e passivo a descoberto		(3.094.572)	(2.649.024)
Total do capital		569.697	576.396
Índice de alavancagem financeira - %		n/a	n/a

(*) N/A - Não aplicável, dado a situação financeira da Companhia decorrente do desequilíbrio da concessão, conforme mencionado na nota 1.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Instrumentos financeiros por categoria

Mensurados ao custo amortizado	Nota	2025	2024
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	6	99	90
Ativo financeiro da concessão	8	1.141.763	1.141.763
		<u>1.141.862</u>	<u>1.141.853</u>
Mensurados ao custo amortizado		2025	2024
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Financiamentos	9	3.093.041	2.722.572
Debêntures	10	571.327	502.938
Fornecedores e outras contas a pagar		23.606	16.972
Mútuos		1.583	1.480
		<u>3.689.557</u>	<u>3.243.962</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Aplicação financeira	99	90

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras tiveram rentabilidade média de 12,76% do CDI a.a. (2024 – 9,38% a.a.).

7. Estoques

	2025	2024
Materiais para fachada e piso	738	738
	<u>738</u>	<u>738</u>

8. Ativo financeiro da concessão

Refere-se ao direito de faturar o Poder Concedente pelo Contrato de PPP com o GDF (Nota 1 (b)).

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Composição

	2025	2024
Setor público		
Direitos a faturar (i)	2.910.351	2.910.351
Faturas emitidas ao Poder Concedente - Serviços de construção (ii)	39.025	39.025
PECLD (iii)	(1.807.613)	(1.807.613)
Ativo não circulante	1.141.763	1.141.763

- (i) Compreende a receita de infraestrutura calculada com base no custo total incorrido, acrescido de margem de construção.
- (ii) Saldo do contas a receber, referente às notas fiscais emitidas para o Poder Concedente em virtude da evolução física da construção e entrega parcial do CADF.
- (iii) O ajuste da perda esperada é uma estimativa contábil, e não anula o fato que a Administração segue com seus pleitos em andamento junto ao poder concedente para realização do ativo financeiro.

9. Financiamentos

Composição

	2025	2024
Caixa Econômica Federal	3.093.041	2.722.572
Passivo circulante	2.373.699	1.940.717
Passivo não circulante	719.342	781.855

Em 28 de junho de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento no montante total de R\$ 604.084 com a finalidade de construção do CADF. A liberação dos recursos foi realizada mediante a solicitação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, parcelas do circulante encontravam-se inadimplidas em função do desequilíbrio do Contrato de PPP e da ausência de pagamentos pelo Poder Concedente, e contabilmente registradas conforme suas cláusulas contratuais. Conforme mencionado na nota 1(a) a Administração, o Poder Concedente e os financiadores negociam a melhor forma de equacionar os direitos e deveres de parte a parte.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Prazo de vencimento

O montante das operações de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2025	2024
2026		154.207
2027	154.207	154.207
2028	154.207	154.207
2029	154.207	154.207
2030 até 2031	256.721	165.027
	<u>719.342</u>	<u>781.855</u>

(b) Garantias

O financiamento mantido pela Companhia está garantido pela Cessão Fiduciária dos seus direitos e créditos e o penhor da totalidade das ações representativas do capital social de titularidade da Acionista.

(c) Movimentação

	Nota	2025	2024
Saldo inicial		2.722.572	2.374.969
Juros provisionados	15	375.543	349.910
Juros pagos		(5.664)	(2.949)
Amortização do custo de transação	15	590	642
Saldo em 31 de dezembro		<u>3.093.041</u>	<u>2.722.572</u>

Em 2 de dezembro de 2024, a NP Parcerias, atuando na condição de garantidora e utilizando excedentes de caixa disponíveis para distribuição, realizou pagamentos a credores previstos no Plano de Recuperação Judicial da Companhia. Na referida data, foram desembolsados R\$ 2.949 relativos ao financiamento contratado junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"). Ainda em 31 de janeiro de 2025, houve o pagamento adicional de R\$ 4.467, em 03 de novembro de 2025 foi pago o montante de R\$ 956 e em 31 de dezembro de 2025 foi pago o montante de R\$ 241 também no âmbito das obrigações garantidas.

10. Debêntures

(a) Composição

	Valor unitário	Qtde	2025	2024
1ª série	100	500	284.190	249.618
2ª série	100	500	287.137	253.320
			<u>571.327</u>	<u>502.938</u>

A Companhia realizou, em 11 de julho de 2013, sua primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações. As debêntures foram emitidas em duas séries, ambas subscritas e integralizadas na mesma data.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 24 de abril de 2019, a Companhia foi notificada do vencimento das debêntures, em razão do não pagamento de parcelas de juros e principal com vencimentos em 15 de fevereiro de 2018 e 15 de março de 2018. Conforme descrito na Nota 1, a definição quanto à reestruturação desses contratos — incluindo os instrumentos de PPP, financiamentos e debêntures — será tratada de forma conjunta entre a Administração da Companhia, o Poder Concedente e as instituições financeiras envolvidas.

(b) Movimentação

	Nota	2025	2024
Saldo inicial		502.938	442.015
Juros provisionados	15	69.337	61.416
Juros pagos		(948)	(493)
Saldo em 31 de dezembro		571.327	502.938

Em 02 de dezembro de 2024 a NP Parcerias realizou, na figura de garantidor, com o excedente de caixa para distribuição, pagamentos aos credores listados no Plano de Recuperação Judicial da Companhia no montante de R\$ 493, em 31 de janeiro de 2025 foi pago o montante de R\$ 748, em 03 de novembro de 2025 foi pago o montante de R\$ 160 e em 31 de dezembro de 2025 foi pago o montante de R\$ 40.

11. Tributos sobre contraprestação e IR e CS diferidos

(a) Tributos sobre contraprestação

	2025	2024
ISS	58.207	58.207
PIS	19.173	19.173
COFINS	88.493	88.493
	165.873	165.873

(b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	2025	2024
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Adição do custo de construção (i)	(568.464)	(568.464)
Receita de construção e atualização do ativo financeiro (i)	949.517	949.517
	381.053	381.053
Ativo fiscal diferido - não circulante	568.464	568.464
Passivo fiscal diferido - não circulante	(949.517)	(949.517)
	(381.053)	(381.053)

(i) Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente, que ocorrerá ao longo do contrato de concessão.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos

	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(445.548)	(415.429)
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) - 34%	(151.486)	(141.246)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	151.486	141.156
Encargo fiscal		(90)
Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) - corrente		90
		90

Os valores registrados como diferidos referem-se a diferenças temporárias apuradas pela Companhia. Considerando a atual indefinição relacionada ao Contrato de Concessão e aos respectivos fluxos de recebimento a ele vinculados, a Companhia interrompeu a constituição de novos valores diferidos. Até que haja definição sobre esse cenário, nenhum montante foi revertido, mantendo-se os saldos existentes inalterados.

12. Sociedades do grupo Novonor

Passivo

Empresa	Natureza	Movimentação		
		Saldo inicial	Adições	Saldo Final
NPP (i)	Contas a Pagar	15.133	6.612	21.745
Centrad Holding (ii)	Mútuo	1.480	103	1.583
		16.613	6.715	23.328
Passivo não circulante		16.613		23.328

(i) Em 2025, a NP Parcerias realizou, com excedente de caixa para distribuição, pagamentos aos credores listados em seu Plano de Recuperação Judicial, como garantidor das dívidas da Companhia no montante de R\$ 6.612, sendo R\$ 5.664 juros de financiamento Caixa Econômica Federal, e R\$ 948 juros debêntures Santander (notas 9 e 10).

(ii) A Companhia possui um saldo passivo de R\$ 1.583 (2024 – R\$ 1.480) com a controladora Centrad Holding referente ao contrato de mútuo firmado em 24 de novembro de 2020.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Passivo a Descoberto

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, a composição do capital social é:

Acionista	2025			2024		
	Capital	Ações nominativas	Participação (%)	Capital	Ações nominativas	Participação (%)
Centrad Holding	209.698	209.698.475	100	209.698	209.698.475	100

14. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Gastos com pessoal		(2)
Auditoria, consultoria e assessorias	(38)	(124)
Despesas administrativas (i) (ii)	(59)	(3.764)
Outros		(5)
	<u>(97)</u>	<u>(3.895)</u>

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou redução significativa nas despesas gerais e administrativas, que totalizaram R\$ 59 em 2025 e R\$ 3.764 registrados no exercício de 2024.

(ii) A variação decorre, principalmente, do fato de que, no exercício de 2024, foi reconhecida despesa relacionada à execução, por empreitada, de obra de engenharia referente à instalação e montagem de elevadores, incluindo o fornecimento de materiais. Para essa operação, a Companhia mantinha um adiantamento ao fornecedor, registrado em seu balanço na linha de estoques, o qual foi realizado e apropriado como despesa naquele exercício.

15. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	11	8
Outras Receitas		432
	<u>11</u>	<u>440</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(375.544)	(349.910)
Juros sobre debêntures	(69.337)	(61.416)
Amortização do custo de transação financiamento	(590)	(642)
Outros	(45)	(6)
	<u>(445.516)</u>	<u>(411.974)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(445.505)</u>	<u>(411.534)</u>

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Prejuízo por ação

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante os exercícios findos em:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício atribuível ao acionista da Companhia titular das ações	(418.750)	(415.519)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>209.698</u>	<u>209.698</u>
Prejuízo por ação (em Reais por ação)	<u>(2,00)</u>	<u>(1,98)</u>

17. Contingências

A Companhia possui contingências cíveis decorrentes de processos judiciais para as quais não foram constituídas provisão para perda, pois não acarretará ajustes no resultado da Companhia, visto que o valor já está contemplado no passivo da Centrad perante as partes envolvidas. As ações judiciais foram propostas por Banco Santander (Brasil) S.A e Caixa Econômica Federal.

* * *